



A eficácia simbólica da visibilidade jornalística no campo ambiental: perspectivas sociológicas

The symbolic efficacy of journalistic visibility in the environmental field: sociological perspectives

Antonio Teixeira de Barros – Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOP). E-mail: antonibarros@gmail.com

Resumo

Análise sociológica sobre os fatores que contribuem para a eficácia simbólica da visibilidade do jornalismo ambiental, tomando-se como parâmetro temporal as três maiores conferências mundiais: Estocolmo (1972), Rio 92 e Rio+20. O recorte analítico inclui quatro fatores predominantes e recorrentes no período e que explicam tal eficácia: (a) os pacotes interpretativos que guiam a opinião pública; (b) a lógica de *intermedia* ou efeito de consonância de agenda, que propiciou a capilarização da cobertura, a partir da influência de um veículo sobre os demais; (c) a noção de jornalismo como sistema social perito e sua racionalidade técnica calcada na expertise das fontes; (d) a conversação civil e a educação difusa resultantes da ampliação da agenda. O resultado da combinação desses fatores é a inserção social dos temas ambientais no cotidiano. A metodologia combina análise documental e revisão sistemática de estudos sobre sociologia do jornalismo ambiental, história das ideias ecológicas e ciências sociais do ambiente.

Palavras-chave

Sociologia do jornalismo ambiental. Eficácia simbólica e meio ambiente. Pacotes interpretativos e meio ambiente.

Abstract

This paper analyzes which factors contribute to the symbolic efficacy of environmental journalism, taking as temporal parameter the three major world conferences: Stockholm (1972), Rio 92 and Rio +20. The analytical approach includes four predominant factors in explaining such period and effectiveness: (a) interpretive packages which guide public opinion, (b) the logic of intermedia or effect of keeping the agenda, which have provided coverage capillarization, from the influence of a vehicle on the other, (c) the notion of journalism as an expert social system and its technical rationality grounded in the expertise of the sources, (d) the civil conversation and the difused education resulting from the agenda enlargement. The result is the inclusion of environmental issues in everyday life. The methodology combines document analysis and systematic review of studies on environmental journalism, history of ecological ideas and social sciences of the environment.

Keywords

Environmental journalism sociology. Symbolic efficacy and environment. Environmental interpretive packages.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como o objetivo geral analisar os principais fatores que concorrem para a eficácia simbólica da visibilidade jornalística no campo ambiental, tomando-se como parâmetro temporal as três maiores conferências mundiais: Estocolmo (1972), Rio 92 (1992) e Rio+20 (2012). Os objetivos específicos são os seguintes: (a) examinar como os pacotes interpretativos são organizados para implementar a visibilidade dos temas ambientais; (b) estudar como a lógica de *intermedia* produz os efeitos de consonância de agenda entre os veículos jornalísticos.

O recorte considera os fatores recorrentes e predominantes no período estudado. Para tanto, a cobertura ambiental é compreendida como um fenômeno social e culturalmente construído, ou seja, resultante das relações entre os diferentes sujeitos e atores sociais e políticos – que atuam como fontes de informação –, representados por múltiplos polos de interesse: o Estado, a sociedade civil, os movimentos sociais e a comunidade científica (BARROS, 2018a, 2018b).

A metodologia consiste na combinação de análise documental e revisão bibliográfica de estudos sobre jornalismo ambiental, história das ideias ecológicas e as ciências sociais do ambiente (SCHIMIDT; DELICADO, 2014). Para tanto, foram priorizados alguns estudos de referência, complementando com pesquisas mais recentes.

O texto está organizado em duas seções, que se complementam, conforme a progressão das ideias que conduzem o argumento principal. A primeira, que antecede a discussão sobre os fatores mencionados, apresenta uma breve contextualização teórica sobre o conceito de eficácia simbólica e sua relação com a visibilidade jornalística. Em seguida, são analisados em detalhes cada um dos fatores que favorece a eficácia simbólica da visibilidade jornalística no caso em exame.

O primeiro desses fatores é a formação de *pacotes interpretativos*, uma forma simbólico-dramática de abordar os temas, de modo a guiar a opinião pública. O segundo expõe a lógica de *intermedia* ou efeito de consonância de agenda, que propiciou a capilarização da cobertura, a partir da influência de um veículo sobre os demais. O terceiro tem como base a noção de jornalismo como sistema social perito e as consequências de sua lógica racional e técnica, especialmente na relação com as fontes e sua expertise no campo ambiental. O quarto trata do efeito social, desencadeado pela conversação civil e a educação difusa resultantes da ampla tematização ambiental nos diversos veículos e seus gêneros de programação e conteúdo. Ao final desse percurso argumentativo são

discutidas as convergências entre os fatores relacionados e como eles concorrem para propiciar eficácia simbólica em termos de visibilidade jornalística.

1 EFICÁCIA SIMBÓLICA E VISIBILIDADE JORNALÍSTICA

Faz parte da lógica da midiaticização a seleção de enquadramentos para captar e dirigir a atenção do público, conforme argumenta Castells (2018) ao tratar da força simbólica que os enquadramentos selecionados pelas mídias exercem na formação e difusão da opinião pública, com amplos efeitos nas relações sociais. Nesse debate, o que é consensual é a ideia de centralidade e ubiquidade das mídias na sociedade e seu poder de inserção na esfera da visibilidade pública. Os estudos de conotação sociológica sobre o fenômeno da centralidade mediática apresentam em comum o referencial teórico focado nas vertentes sociomidiáticas canceladas pela “sociologia dos emissores” (WOLF, 2003; BARROS, 2015a, 2015b), área que estuda a formação da agenda jornalística (*agenda-setting* e *tematização*), a seleção de informações (*gatekeeping*) e o processo de produção da informação jornalística (*newsmaking*). Essas pesquisas colocaram em destaque alguns dos mecanismos de interferência no mundo social, por meio de enquadramentos, pacotes interpretativos e *templates semânticos* típicos do fazer noticioso (*newsmaking*)¹.

Todos esses fatores relacionados ao fazer jornalístico contribuem para proporcionar a visibilidade pública dos temas recortados da sociedade e reconfigurados pelas dinâmicas e rotinas produtivas do jornalismo. A chave hermenêutica para a compreensão desse fenômeno midiático é apresentada por Régis Debray (2017) com base no conceito de *eficácia simbólica*. Isso significa que as mídias exercem o poder de capturar a atenção do público e produzir efetiva intervenção sógnica, ao difundir e fixar determinados significados, com base no poder simbólico de fazer crer por meio de imagens, palavras e metáforas (BOURDIEU, 2018). Assim, a eficácia simbólica opera pelo poder de sedução das metáforas visuais e verbais utilizadas pelas mídias, inseridas em uma ordem moral, mesmo que implicitamente.

No campo do saber comunicacional, o conceito de *eficácia simbólica* foi utilizado por Régis Debray pela primeira vez em seu livro *Le pouvoir intellectuel en France* (DEBRAY, 1979), associado à noção de mediação simbólica, o que implicam operações de pensamento, pelas quais o poder das palavras e das ideias se torna viável na história. O argumento é desenvolvido posteriormente em obras

¹ Ver autores como Gamson e Modigliani (1989), Vimieiro e Maia (2011), Braga, (2006) e Wolf (2003).

com a temática específica da transmissão simbólica (DEBRAY, 1993, 1994, 1995, 2000, 2004, 2017)². Para o autor, o estudo da transmissão das formas simbólicas é algo mais relevante e mais abrangente do que a análise da configuração mediática dos veículos. O termo *mediologia*, nesse escopo analítico, não significa estudo das mídias, mas das mediações e das formas de transmissão simbólica.

A *eficácia simbólica* deve ser entendida, portanto, nesse horizonte hermenêutico mais amplo, cuja compreensão remete ao conceito de poder simbólico (BOURDIEU, 1989), baseado em estruturas invisíveis que operam de modo a convergir para a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem. Isso significa que o poder simbólico é uma força intangível que permite alcançar o equivalente daquilo que é obtido pelos sistemas militares ou econômicos. O diferencial em relação ao poder militar, burocrático ou econômico é que o poder simbólico não é associado diretamente a estruturas materiais ou políticas. Tal característica faz com que seus mecanismos não sejam identificados e reconhecidos de forma ostensiva pela sociedade (BOURDIEU, 1989).

Cabe ressaltar, contudo, que esse atributo intangível não diminui sua eficácia. Ao contrário, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer formas de ver e interpretar o mundo social e seus fenômenos. Nesse processo, os símbolos operam como poderosos instrumentos de integração social e de construção de um modo compartilhado de percepção da realidade. Dessa forma, os elementos simbólicos atuam como instrumentos para a construção de redes sociotécnicas para a circulação do conhecimento socialmente compartilhado da realidade, o que torna possível eventuais modos consensuais de compreender e interpretar sentidos e significados acerca da vida social. É esse mecanismo que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1989).

É oportuno destacar aqui um ponto de convergência entre Debray e Bourdieu, a saber, a influência do pensamento antropológico europeu, principalmente da antropologia estrutural de Lévi-Strauss, uma espécie de solo epistemológico no qual se desenvolveram as formulações iniciais que conduziram ao estudo da transmissão das formas simbólicas. Cabe, inclusive, o registro de que o conceito de *eficácia simbólica* foi cunhado originalmente por Lévi-Strauss, em seu artigo referencial sobre o tema, denominado “A eficácia simbólica” (LÉVI-STRAUSS, [1958] 2008), que posteriormente foi publicado em *Antropologia Estrutural* (LÉVI-STRAUSS, [1958] 2008). De forma resumida, o termo se refere

² Para um inventário sistemático sobre o repertório das categorias teóricas utilizadas por Régis Debray, ver o estudo de Maranhão e Garrossini (2010).

ao efeito produzido pelas metáforas e símbolos utilizados nos rituais de cura de tribos indígenas, pelo poder na crença nos símbolos e nas metáforas utilizadas nos rituais, inseridas em uma ordem moral³.

É necessário frisar as especificidades da abordagem de Lévi-Strauss sobre a noção antropológica de *eficácia simbólica*, associada ao efeito dos rituais, como resultante de um conjunto de fatores, a partir da figura performática do feiticeiro, que protagoniza um processo de mediação psicológica em um contexto narrativo de cunho mágico-religioso, ancorado no poder simbólico das mensagens míticas, integrantes de um contexto relacional pautado em um sistema de coesão moral. O que Debray e Bourdieu fazem é uma adaptação para as demais formas de transmissão simbólica, com aplicações nos campos cultural e midiático.

2 A DINÂMICA DA EFICÁCIA SIMBÓLICA DA VISIBILIDADE AMBIENTAL

A eficácia simbólica é um fenômeno complexo, com diferentes possibilidades de abordagem técnica e de aplicação analítica. O que apresentamos aqui é apenas um exercício inicial de análise, sem pretensões de exame exaustivo. Para efeitos do estudo proposto, enfatizaremos quatro fatores, cuja associação dinâmica favorece a eficácia simbólica da visibilidade ambiental, no caso do jornalismo, conforme será detalhado na sequência. Os quatro elementos são apresentados separadamente para fins didáticos, pois na realidade formam um conjunto.

2.1 PACOTES INTERPRETATIVOS

Os *pacotes interpretativos* atuam como estruturas invisíveis, mas relevantes do ponto de vista simbólico para a atuação do jornalismo e a conformação das formas de visibilidade. O conceito de *pacotes interpretativos* é derivado da obra de Erving Goffman (1974). Para o autor, em cada questão discutida publicamente, como no caso de temas ambientais, existem perspectivas analíticas que recebem maior ou menor atenção nos debates públicos, os quais operam com uma perspectiva interpretativa definida. As versões a respeito de um mesmo fato são elaboradas no contexto de disputas localizadas, as quais são alimentadas por *templates semânticos*, que fornecem os repertórios argumentativos. Esses pacotes são organizados a partir de um conjunto de ideias-chave, metáforas, frases de efeito e referências a princípios morais (GAMSON; MODIGLIANI, 1989; ADEKOLA; LAMOND, 2018). Assim, os *pacotes interpretativos* ou *templates*

³ Para mais detalhes consultar Renshaw (2006).

semânticos funcionam como farol para a opinião pública, ao estabelecerem parâmetros de como pensar a respeito da questão em debate (VIMIEIRO; MAIA, 2011; ODEBIYI; SUNAL, 2020). De forma simplificada, esses mecanismos de enquadramento noticioso apresentam o núcleo da questão, uma posição opinativa correspondente ao núcleo destacado, uma metáfora, a caracterização dos responsáveis pelo problema, as causas e as consequências, conforme analisa Fuks (1998). Na prática, é como se fosse um esquema *prêt a porter* de opinião (BARROS; SOUSA, 2010; BARROS, 2015b, 2015c).

Com base nesses *pacotes* e seus *templates semânticos* o cidadão tende a aderir às representações contidas no noticiário. Conforme explicam Adekola e Lamond (2018) e Schank (2017), essas representações são inerentes à lógica de interpretação do visível e são organizados como uma estrutura simbólica que orienta a organização da memória coletiva, ao agrupar ações com um objetivo comum, que ocorrem ao mesmo tempo (SCHANK, 2017).

Tudo isso favorece a visibilidade dos temas, enfoques e argumentos selecionados para o enquadramento noticioso (DEBRAY, 1994, 2017). Além da esfera da visibilidade, tal eficácia se expressa no âmbito da discutibilidade, ou seja, no poder de inserção das pautas midiáticas nas relações sociais do cotidiano, por meio da ramificação da cobertura nas diversas arenas públicas de debates, com a interação de diferentes sujeitos e atores sociais (BARROS; LEMOS, 2018).

A esfera da visibilidade pública⁴ e suas consequências nas dinâmicas sociais de discutibilidade coletiva (GOMES, 2018) reforçam o poder simbólico da midiaticização, entendida como um processo social de referência no mundo contemporâneo, no sentido de que os processos sociais passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo as lógicas das mídias, como a política, o entretenimento e a aprendizagem (BRAGA, 2006; PICHIGUELLI, 2020). A midiaticização é responsável pelo delineamento dos temas na agenda pública, além do enquadramento, do ciclo de atenção dos temas (com maior ou menor tempo de permanência na agenda). Além disso, grande parte do conhecimento e da experiência dos públicos no que se refere a assuntos de relevância social, política, econômica e cultural passa necessariamente pelo enquadramento das mídias, que se tornaram fonte primordial de informação (BARROS; LEMOS, 2018).

⁴ A discussão faz parte da crítica ao conceito de esfera pública, na qual são consideradas duas dimensões analiticamente estruturantes (*a visibilidade e a discutibilidade*). A primeira se refere ao poder das mídias de conferir publicidade a certos temas, enquanto a segunda diz respeito à troca de razões públicas, ou seja, ao debate coletivo, à discussão desencadeada pela publicidade. Para uma diferenciação mais detalhada, consultar Lycarião (2010) e Lück, Wessler, Wozniak e Lycarião (2018).

Com isso estão criadas as condições potenciais para a eficácia simbólica da visibilidade seletiva pela angulação das mídias. Entretanto, é necessário ressaltar que a eficácia da visibilidade produzida pelas mídias depende de um conjunto articulado de fatores, tais como a ressonância prévia de um assunto, as referências que ele desencadeia (nos jornalistas e no público), a identidade cultural de quem produz e de quem recebe as informações, além da formação e informação que já existiam previamente a respeito de um assunto (SCHIMIDT, 2003; BARROS, 2015a, 2017a, 2017b).

Essas considerações remetem ao esquema formulado por Anthony Downs (1972) a respeito do ciclo de interesse da notícia (*issue-attention-cycle*). Downs explica porque alguns temas apresentam ciclos de vida muito curtos na imprensa, enquanto outros se estendem por longos períodos. Em sua concepção, o ciclo de atenção pública ao noticiário sobre um fato depende de um conjunto de elementos, como a existência de condições sociais para pôr o assunto em evidência; o respaldo de grupos sociais para dar suporte à repercussão pública sobre as notícias; a natureza dos conteúdos (alarmismo, denunciismo ou euforia coletiva); a ideia de progresso ou avanço na solução dos problemas noticiados. O declínio no ciclo de interesse da notícia, por sua vez, está condicionado ao gradual desinteresse da sociedade e à proeminência de novos temas, mesmo sem a solução dos anteriores. Esse ciclo é um dos pontos centrais da publicização de assuntos de interesse social, como no caso da agenda ambiental (BARROS, 2018a, 2018b).

Cabe ressaltar ainda que o discurso das mídias não deve ser entendido como produção autônoma, em vista da configuração relacional complexa e multifacetada que se estabelece no processo de produção, emissão e recepção do noticiário (BARROS, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b). Em suma, trata-se de um discurso social condicionado por múltiplos fatores, segundo a perspectiva sociológica da *teoria multifatorial da notícia* (SOUSA, 2019). Nesse espectro, um dos fatores de grande relevância é a dinâmica da configuração relacional que se estabelece entre os próprios veículos e seus jornalistas, o que propicia o efeito de consonância de agenda, outro pilar da *eficácia simbólica*.

Convém mencionar que o mercado composto pelas grandes mídias sofreu amplo impacto com a emergência da variedade de canais digitais e das plataformas de redes sociais. Por outro lado, houve uma amplificação do alcance digital dos veículos jornalísticos, mediante o fenômeno da recirculação de notícias, resultado do compartilhamento de material informativo nas mídias sociais pelos usuários. Trata-se de um cenário complexo e com algumas ambiguidades. Por um lado, há uma drástica redução de assinantes de jornais e revistas e uma queda na audiência de telejornais transmitidos em rede nacional. De outro lado, a

capilaridade e a ramificação desses veículos encontram outros canais, por meio do compartilhamento de notícias em redes como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* (BITTENCOURT, 2015; LYCARIÃO; LEITE, 2020). Isso também amplia o efeito de consonância de agenda, conforme será detalhado a seguir.

2.2 PROCESSO DE *INTERMEDIÁ* E CONSONÂNCIA DE AGENDA

No Brasil, o processo de consonância de agenda⁵ relacionado às temáticas ecológicas teve início timidamente, a partir da I Conferência Mundial sobre Meio ambiente (Estocolmo, 1972), como um território simbólico ermo e longínquo, retratado pelo jornalismo a partir do olhar das fontes vinculadas ao conservacionismo biocêntrico e aos projetos de patrimonialização da natureza (BARROS, 2018b), além das críticas à postura do Brasil, que defendeu seu modelo de desenvolvimento industrial poluente (LOPES, 2006). Por outro lado, em termos de uma contextualização mais abrangente, Sodré (1983) identifica nas revistas ilustradas um dos relevantes antecedentes do jornalismo ambiental no Brasil, especialmente em função de reportagens sobre a vida de povos indígenas e de curiosidades sobre a fauna e a flora amazônicas. Entre essas revistas destacam-se *O Cruzeiro* (1928-1975), *Manchete* (1952-2000) e *Realidade* (1966-1968) que exploravam “assuntos de atualidade”, com vasto material fotográfico. No ranking das temáticas dessas revistas, em segundo lugar (depois de artes e literatura)⁶, está o conjunto de temas “natureza, paisagem e aventuras”⁷.

A partir da década de 1970, outro canal para a aproximação social das pautas ecológicas foram as telenovelas, com o início da hegemonia da TV no Brasil (BARROS, 2016a). Assim, o jornalismo ilustrado das revistas e a teledramaturgia foram as duas portas de entrada das temáticas ambientais nas pautas culturais brasileiras, ao mesmo tempo em que também funcionaram como pontes simbólicas para garantir a eficácia da midiaticização ambiental. Cabe ressaltar, contudo, que não havia um modelo de jornalismo ambiental propriamente dito nesse período inicial. Além de esporádicas, as notícias eram relacionadas aos atos de protestos dos movimentos ambientalistas radicais, aos

⁵ De forma resumida, esse efeito resulta da vigilância de um veículo sobre os seus concorrentes, de modo que os assuntos destacados por um jornal, por exemplo, servem de farol para os demais. É isso que explica, no âmbito da sociologia dos emissores, a semelhança entre a cobertura dos veículos (BARROS, 2015a).

⁶ No inventário realizado pelo autor, a sequência das categorias é: 1) Artes e literatura; 2) Natureza, paisagem e aventuras; 3) Personalidades e nobreza; 4) Ciência; 5) Esportes (SODRÉ, 1983, p. 48).

⁷ Barros (2016) ressalta a pluralidade do repertório conceitual: conservacionismo (biocêntrico), ecologismo (ecopolítica) e ambientalismo (sustentabilidade).

rituais de comemoração atrelados ao calendário escolar (dia da árvore, dia do índio etc.), ao caráter espetacular da divulgação de estudos científicos inusitados e aos aspectos protocolares dos eventos / atos oficiais (BARROS, 2018b).

Na década de 1980, iniciou-se uma nova tendência, na esteira na agenda internacional, com o lançamento de vários programas televisivos que passaram a incluir a agenda verde sem necessariamente se vincular ao gênero jornalístico convencional ou à teledramaturgia. Isso significou um impulso na consolidação do fenômeno da midiaticização, com a amplificação dos espaços de divulgação e debate. Entre eles destacam-se Globo Rural, Globo Ciência e Globo Ecologia. O primeiro foi lançado em janeiro de 1980, no auge da expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado. O segundo foi posto no ar em 1984, com temas científicos gerais, inclusive ecologia. O terceiro estreou em novembro de 1990, como iniciativa da Fundação Roberto Marinho destinada a preparar o público para a Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio 92). Mesmo assim, o noticiário ambiental continua disperso, inserido nas editorias de cidades, política, educação, e ciência e cultura e sem uma agenda própria (BARROS, 2018c).

O diferencial da década de 1980 em relação a 1970 foi o aumento do volume de informações e a maior presença de fontes científicas, devido ao engajamento de entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e outras (BARROS, 2018b). A consolidação do jornalismo ambiental, entretanto, se daria com os preparativos dos veículos para a cobertura da Rio 92. Em função da visibilidade nacional e internacional e da concorrência entre os diversos meios, os grandes jornais passaram a publicar cadernos especiais e a organizar editorias específicas, inclusive com a especialização de equipes de reportagens e edição, como estratégia para captar anunciantes com foco na causa ecológica e atrair os públicos com a percepção voltada para a agenda verde (BARROS, 2007, 2012a).

As tendências mais recentes se diferenciam pela intensificação da dramatização sobre os riscos associados às mudanças climáticas / aquecimento global. O enquadramento midiático passou a contemplar também as retóricas conciliadoras embutidas no discurso da sustentabilidade e da economia verde (BARROS, 2012b), a fim de albergar pautas e despertar a percepção dos públicos para os processos de “ambientalização” desencadeados no campo empresarial, com o intuito de demarcar olhares sobre a “viabilização da produção limpa e ambientalmente correta, acompanhada de novos lucros materiais e simbólicos” (LOPES, 2006, p. 32).

A essa altura da discussão, cabe uma ressalva sobre o paralelismo entre as dinâmicas internas do campo jornalístico e sua lógica de intermedia e consonância

de agenda com algumas das características intrínsecas à lógica do ambientalismo. Esse paralelismo remete a um escopo argumentativo mais amplo, marcado por uma lógica de capilaridade discursiva, similar à perspectiva da mediação (*intermedia*). Para uma demonstração sucinta, basta recorrer aos argumentos de pensadores e historiadores como Norberto Bobbio (1992) e Eric Hobsbawm (1995), que chamam atenção para a relação histórica do ambientalismo com uma rede de outros atores sociais.

Para o primeiro autor, os movimentos em defesa da natureza não devem ser compreendidos como iniciativas isoladas e autônomas, mas como parte de um conjunto de movimentos em defesa dos direitos humanos, incluindo as liberdades individuais, os direitos políticos e sociais. Na visão de Bobbio (1992), o ambientalismo se insere no âmbito da emergência histórica dos chamados *direitos de terceira geração* (direitos étnicos, de gênero, de imigrantes, qualidade de vida, ecológicos etc.), ou seja, o direito relativo à natureza, no qual os sujeitos não são entendidos como indivíduos, grupos sociais, categorias profissionais ou instituições sociais. Nesses *direitos de terceira geração*, o sujeito é a própria humanidade.

Hobsbawm (1995) complementa que esses movimentos apontam para reivindicações que exigem mudanças em toda a estrutura da sociedade e apelam para a adesão generalizada das pessoas e não apenas de categorias específicas. Os direitos ambientais são associados às reivindicações, campanhas e manifestações públicas em prol da paz, da qualidade de vida, da diversidade cultural, da integração sociocultural, do bem-estar geral da humanidade, independentemente de sua raça, religião, gênero ou nacionalidade.

Tal amplitude de inserção social reitera o argumento das capilaridades, redes e ramificações, que deságuam na diversificação dos horizontes de sentidos sobre ecologia, na perspectiva da complexidade e da interdisciplina (LEFF, 2019; MORIN, 2019; BARROS, 2012a, 2013a). Diante desse multifacetado quadro hermenêutico é que o ambientalismo passou a ser tomado como exemplo paradigmático da perspectiva de ampliação do olhar histórico e político, principalmente pelo seu potencial de integrar saberes e epistemologias (no plano exógeno e endógeno das disciplinas), além de permitir problematizações complexas, transversais e transclassistas sobre a realidade social e política. Como resultado disso, as reflexões sobre ambientalismo foram incorporadas pelas demais configurações sociais, ressaltando-se o potencial desse campo de saberes como ideal político transclassista, com amplos impactos na esfera pública (CARVALHO, 2017).

Esse conjunto de fatores é que levou à constituição de *comunidades de riscos compartilhados*, na expressão de Habermas (1995), referindo-se às transformações

na esfera pública a partir de impactos gerados pela crise dos recursos naturais e das alterações climáticas. Tal cenário levou ao que Giddens (2018) denominou de *política da vida*, que incorpora uma nova cultura política que agrega a preocupação com a natureza.

Essa dimensão de interdisciplinar, intrínseca às forças ambientalistas, é contribuiu para que as pautas ecológicas nos espaços midiáticos passassem a ser potencializadas, progressivamente, pelo efeito de *intermedia* ou *consonância de agenda* (BARROS, 2015). Tal processo é avaliado pela eficácia simbólica da midiaticização, ao estimular confluências de perspectivas do ponto de vista dos meios, do contexto social e do cotidiano dos públicos. Isso significa conexão, intercâmbio e influência de um veículo sobre os outros, que se manifesta numa cobertura similar, com destaques para os mesmos temas, além de fontes e enquadramentos similares. Essa dinâmica faz parte da lógica do jornalismo como sistema social perito, outro sustentáculo da eficácia simbólica, conforme veremos a seguir.

2.4 O JORNALISMO COMO SISTEMA SOCIAL PERITO

Os pressupostos que guiam a discussão relativa a esse tópico se fundamentam no conceito de jornalismo como sistema social perito, cujo capital simbólico é a credibilidade e a confiança do público (MIGUEL, 1999). Nessa perspectiva, um fator preponderante da eficácia simbólica está relacionado, portanto, ao poder simbólico do jornalismo, que se expressa na perícia e na expertise próprias desse campo para a construção de redes de significados entre os diferentes veículos de informação (*intermedia*), mediante a constituição de *pacotes interpretativos*, conforme abordado acima. Esse conjunto de fatores constitui a base da eficácia simbólica na área ambiental, no que se refere à visibilidade e à horizontalidade que o tema adquiriu nas últimas décadas (BARROS, 2013b, 2015a).

Para isso há que se considerar o papel social das fontes de informação, que também atuam na dinâmica do jornalismo como sistema perito. O uso de fontes credíveis reforça o caráter do jornalismo como sistema perito e sua lógica de racionalidade. Os sistemas peritos (GIDDENS, 1991) como expressão emblemática do processo continuado de racionalização nas sociedades ocidentais, no sentido weberiano (WEBER, 1999), são decorrentes da modernização, o que implica o avanço do conhecimento técnico e tecnológico, fruto da racionalização científica e da especialização técnica que geram expertise que se reveste de capital simbólico (BOURDIEU, 1989). Os sistemas peritos são desenvolvidos por especialistas com aplicação na sociedade e repercussão direta nas relações sociais e culturais. Como explica Giddens (1991), a confiança é a chave do relacionamento

entre o indivíduo e esses sistemas peritos. A expertise é requerida apenas da parte de quem fornece os serviços ou produtos resultantes dos mecanismos peritos. Dessa perspectiva, é que um serviço de informação é entendido como sistema perito, seja uma biblioteca, um banco de dados ou um canal de TV (CASTEL; CORONA; PEZARICO, 2020). A expertise técnica e a perícia profissional são exigidas formalmente dos profissionais de informação, mas não do usuário. Assim como o paciente confia no médico, o leitor confia no funcionamento do sistema de informação, o que lhe confere credibilidade (MIGUEL, 1999).

Nessa trajetória de racionalidade e progresso da informação, a natureza figura na história do pensamento ocidental como inspiração para o saber filosófico, além de objeto da ciência empírica e fonte de poder econômico e político. A informação ambiental, portanto, surge como resultado de uma aliança hermenêutica entre política, ciência e cultura, no contexto científico pós-moderno, resultante desse longo processo civilizatório de racionalização. Esse novo campo de conhecimento reúne saberes de diversos outros campos, tanto teóricos como normativos e práticos, em sintonia com a lógica do pensamento complexo (MORIN, 2018), que propõe o abandono do paradigma triunfalista de controle do real.

As fontes científicas são reconhecidas como relevantes para a constituição da agenda ambiental e como provedoras de informação para a imprensa (BARROS, 2018b). Na evolução das abordagens científicas sobre meio ambiente as matérias surgiram nos espaços para divulgação científica, de forma tímida, pontual e sensacionalista até se projetarem com grande ênfase e exigirem o posicionamento de especialistas das mais diversas áreas científicas (MALCHER *et al.*, 2017). A ampliação da agenda ambiental e a conexão direta com o cotidiano dos usuários de informação da mídia contribuíram para diminuir as resistências dos cientistas em relação à divulgação da mídia, reiterando a importância do receptor/usuário da informação (BARROS, 2018a). Como explicam Targino e Barros (1994), na lógica da comunidade científica anterior à consolidação sociocultural do fenômeno da midiaticização, os cientistas percebiam a divulgação da mídia com ressalvas, por se tratar de um sistema distinto do campo científico (BOURDIEU, 1989). Entretanto, como observa Caldas (2015), a midiaticização aproximou os dois campos e favoreceu parcerias entre cientistas e jornalistas na divulgação científica e ambiental. Os próprios cientistas passaram a perceber a aproximação com a mídia como uma forma de contribuir para o esclarecimento do público sobre as temáticas de suas pesquisas (CALDAS, 2015).

As organizações não governamentais (ONGs), por sua vez, causaram impactos significativos no esquema convencional que orientava a relação das mídias

com as fontes, até então, de natureza predominantemente oficiais (PEREIRA ROSA, 2006). No modelo convencional, as instituições públicas funcionavam como “armazéns de notícias”, sempre prontas a abastecer os jornalistas com dados, estatísticas e declarações. A dificuldade inicial das entidades ambientalistas estava em romper o estereótipo de movimentos de contestação. Assim, essas entidades eram procuradas pelos jornalistas apenas quando eles buscavam esse tipo de enquadramento. Tais entidades passaram, então, a investir em estrutura e estratégias para modificar a relação com as mídias e, assim, conseguirem intervir na imagem delas projetada para a opinião pública.

Além de atuarem em áreas de notória deficiência do Estado, as ONGs, passaram a ter domínio sobre o ciclo de produção das notícias e estabeleceram uma rede de relacionamento com as mídias, com a contratação de serviços de jornalistas. Além disso, as entidades tentam manter-se em evidência, ao alimentarem notícias, gerarem controvérsias e demandas para que seus aliados e oponentes também se pronunciem sobre os temas discutidos. A consolidação das ONGs como fontes independentes no contexto ambiental se dá a partir da década de 1980. O êxito justifica-se por uma mudança de posição: as entidades deixaram de ser apenas promotoras de protestos e manifestações para se tornarem referências em diagnósticos especializados, análises técnicas confiáveis sobre os temas em discussão e passaram a ser reconhecidas como fontes peritas de alta credibilidade (PEREIRA ROSA, 2006; BARROS, 2015b).

Além do terceiro setor, destacam-se nesse contexto de ampliação das vozes em defesa da causa ambiental, variadas formas de coletivos sociais que emergiram no contexto pós-redemocratização, marcado pela promulgação da Constituição de 1988. Entre eles estão os movimentos em defesa dos povos indígenas e suas culturas, das populações tradicionais e seus arranjos produtivos locais, da agricultura familiar e práticas agroecológicas, além das mobilizações protagonizadas pelas periferias urbanas (MILANI, 2008; BRANDENBURG, 2011). Trata-se de um fenômeno que ampliou a inserção das pautas ambientais em convergência com outras demandas de natureza social e cultural, na esteira da “ambientalização” dos processos sociais (LOPES, 2006; CORREA, 2020).

É oportuno mencionar que os atores acima mencionados não se confundem com entidades do terceiro setor. Além disso, atuam de forma diferenciada, mediante ações nem sempre institucionalizadas. Entretanto, suas agendas e reivindicações se articulam com a defesa dos direitos humanos e do reconhecimento social de suas identidades. Isso se dá de modo a associar questões sociais e culturais mais amplas com justiça socioambiental (BARROS, 2015a).

Em razão disso, tais atores também conquistaram o *status* de fontes peritas no âmbito da cobertura de temas ambientais, especialmente com as transformações tecnológicas que ampliaram os espaços de manifestação de vozes e agendas ecológicas. Nesse sentido, tais atores passaram a contribuir para novos enquadramentos jornalísticos, com a oportunidade de eventualmente colaborar para a formulação de pacotes interpretativos capazes de contemplar suas visões.

Em suma, as diferentes fontes institucionalizadas e os coletivos mencionados seguiram, em alguma medida, lógicas de ação similares à racionalização dos sistemas peritos típicos da modernidade, cada uma a seu modo. O Estado procurou investir em sistemas peritos de informação e de profissionalização técnica das assessorias de imprensa para a gestão do relacionamento com a mídia. Isso serviu para aperfeiçoar o princípio jurídico da publicidade dos atos oficiais. A comunidade científica em si já constitui um sistema perito, com uma rede sociotécnica de produção e difusão de conhecimentos (NOWOTNY; SCOTT; GIBBONS, 2013).

Os próprios cientistas são vistos pela mídia como atores peritos, detentores de um capital simbólico de grande valor para a credibilidade das informações divulgadas. As ONGs superaram o discurso dogmático e ideológico e passaram a adotar a lógica da racionalização pericial, com a profissionalização de seus agentes e a adequação às rotinas e dinâmicas de produção dos jornalistas. Os coletivos e movimentos acima mencionados também conquistaram espaços de visibilidade para suas visões e demandas, o que foi favorecido pelo ativismo em rede e suas conexões identitárias, ambos marcados pela transversalidade das agendas sociais e ambientais (BARROS, 2007; MACHADO, 2007). Trata-se de um processo inerente à própria midiaticização, cuja lógica interna tem repercussão na confiança da sociedade. Essa confiança facilita a inserção social nas relações cotidianas, por meio da conversação civil e da educação difusa, tema do próximo item (BARROS, 2018b).

2.4 CONVERSAÇÃO CIVIL E EDUCAÇÃO DIFUSA

A trajetória da emergência do ambiente como tema de debate público é indissociável da midiaticização (BORELI; FLORES, 2016). Aqui se observa um movimento de fluxo e contrafluxo, ou seja, os *pacotes interpretativos* e o processo de *intermedia* e o capital simbólico dos argumentos peritos favorecem a ramificação

e a capilaridade da agenda ambiental, ao mesmo tempo em que a apropriação desses conteúdos pelos diferentes segmentos de públicos desencadeia uma rede social de diálogo (exógena ao espaço midiático), com reiteração e contestação dos discursos veiculados pelas mídias. Trata-se de um entrecruzamento simbólico típico das dinâmicas socioculturais contemporâneas (HANNERZ, 2019) e das redes informais de deliberação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano (SOUSA; MAIA, 2020).

Com isso são ampliadas as condições potenciais para a eficácia simbólica na constituição de pautas culturais com ampla repercussão na educação difusa e no debate nas redes de sociabilidade. Um exemplo disso são os conteúdos sobre variados temas da agenda ambiental, tais como reciclagem, reuso da água, cultivo de hortas caseiras com aproveitamento do lixo orgânico para adubação, medidas simples do cotidiano para economizar água e energia elétrica, entre outros assuntos que se tornaram costumeiros tanto nos telejornais quanto nos programas diários de televisão considerados de variedades, de entretenimento e os *talk shows*. A divulgação desses conteúdos e a interação do público por meio de telefone, chats, e-mail e *twittes* são considerados por Eco (2010) e Café Filosófico... (2011), mecanismos emblemáticos da eficiência da mídia como agente de educação difusa (BARROS, 2018)⁸. Essa concepção segue o raciocínio das convergências sociomidiáticas como manifestação complexa do ponto de vista cultural, social, político e educativo (MORIN, 2019; LEFF, 2019).

Trata-se, portanto, de práticas situadas no campo da educação difusa no seu sentido amplo. Tais práticas resultam da inserção dos indivíduos em relações sociais multifuncionais, a exemplo de discussões na esfera pública virtual e participações voluntárias em fóruns sociais, associações comunitárias, programas de rádio e televisão, por exemplo. No caso do ambientalismo, as conferências e fóruns internacionais em muito contribuíram para o desenvolvimento da cultura da conversação civil como prática de educação difusa, isto é, informal. Com essa ramificação simbólica as mídias tornaram-se fontes de significados para a interação social. Os cidadãos passaram a construir sentidos e a interagir com seus pares e grupos a partir de *inputs* informacionais municiados pelas mídias, permitindo o compartilhamento de preocupações e a formação de redes informais de argumentação coletiva (GAMSON, 2018).

⁸ A conversação civil (ECO, 2010) inclui os debates informais protagonizados pelos próprios cidadãos, sem interferência ou tutela do Estado ou de instituições e instâncias reguladoras das relações sociais e políticas.

Derivado do princípio kantiano da troca de razões públicas⁹, o termo *conversação civil* foi empregado por Umberto Eco, em *Cinco escritos morais* (ECO, 2010), ao relatar o desenvolvimento da televisão e o modo de produção e difusão das mensagens de interesse público. Segundo Marques e Maia (2006), Eco tratou os fenômenos com adequação de linguagem dos programas partidários, teleconféncias, discursos pouco ideologizados, análise dos *talk-shows* norte-americanos da década de 1970. Portanto, para Eco (2010) estes foram espaços importantes utilizados para atrair o telespectador, empregando entrevistas e apresentando visões diferentes sobre os temas abordados, como no caso da agenda ambiental. A *conversação civil* seria estimulada por esse tipo de programação com o objetivo de seduzir o cidadão a conhecer, pelo menos, um pouco de assuntos de relevância pública (CAMARGO, 2018).

No âmbito da educação difusa encaixa-se a divulgação científica sobre ambiente. Esse é o foco privilegiado dos principais programas tanto na TV aberta como na TV fechada. As emissoras regionais, universitárias, comunitárias e de interesse público também seguiram a mesma tendência. No caso da TV a cabo, um exemplo emblemático é *Cidades e Soluções* (Globo News), cuja marca é pautar coberturas de conotação positiva, com ênfase para soluções que possam ser utilizadas como modelo, paradigma ou estímulo a outras iniciativas similares. Em todos eles, a ciência, a tecnologia e a inovação são vistas como instrumentos para soluções ambientalmente valorizadas. A mesma abordagem predomina nos demais programas e gêneros televisivos, incluindo as variedades, as revistas semanais e os programas sobre moda, comportamento, cultura e cotidiano. A visão de ciência, contudo, reflete o ideário positivista, ou seja, ciência, tecnologia e inovação como instrumentos para o progresso social (ALBERGUINI, 2007; RONDELLI, 2004; BARROS, 2018a).

Esses debates que permitem incluir a agenda e os conteúdos acerca do meio ambiente em que são produzidos discursos, impressões, opiniões, são considerados uma *conversação civil* que possuem gêneros da própria *conversação* a partir da produção jornalística, formas e expressões discursivas de alguma ação pública. Portanto, conteúdos de ciência e tecnologia fazem parte da lógica da

⁹ O princípio kantiano da troca de razões públicas, enunciado em *A Paz Perpétua* ([1784] 2018) foi atualizado por diversos autores contemporâneos que estudam aspectos relacionados à visibilidade pública, a exemplo de Habermas, em *Mudança estrutural na esfera pública* (HABERMAS, 1984) e *Direito e democracia* (HABERMAS, 2011), entre outros autores. No âmbito dos estudos midiáticos, a discussão faz parte da crítica ao conceito de esfera pública, na qual são consideradas duas dimensões analiticamente estruturantes (*a visibilidade e a discutibilidade*). A primeira se refere ao poder das mídias de conferir publicidade a certos temas, enquanto a segunda diz respeito à troca de razões públicas, ou seja, ao debate coletivo, à discussão desencadeada pela publicidade. Para uma diferenciação mais detalhada, consultar Lycarião (2010).

visibilidade pública de tomadas de decisões, de soluções e progresso. Entretanto, cabe o alerta feito por Hannah Arendt, em *Responsabilidade e Julgamento* (ARENDDT, 2004), livro no qual a autora aponta a tendência dos chamados “grandes debates” de sentimentalizar e banalizar a história, devido à atmosfera social sobrecarregada de emoções que envolve o exame de questões sociais que exigem julgamento moral¹⁰. Com isso, o foco da discussão deixa de ser o âmbito público e passa a supervalorizar aspectos privados. Isso também se aplica à conversação civil no campo ambiental, em vista do enfoque das discussões e do enquadramento voltado para a esfera do gosto, do estilo de vida, das preferências individuais e das atitudes privadas.

Nem sempre a conversação civil nas arenas midiáticas leva em conta o pressuposto de que o debate público é um espaço que acarreta discussão entre variados atores sociais e políticos. Entendidos como “sistema de arenas públicas”, esses fluxos representam ações reivindicatórias, trabalhos da mídia, formação de novas leis, difusão das descobertas científicas, que se constitui, simultaneamente, em espaço de ação e de debate. “Na lógica que envolve a suplementariedade dessas dimensões, surge o processo de origem dos problemas sociais e dos temas imediatos” (FUKS, 1998, p. 2). A noção de sistema de arenas públicas, conforme o autor citado, confere proeminência a alguns temas que nele circulam. A viabilidade das ações e dos debates a ele associados definem essas arenas e os enredos apresentados pelos atores sociais envolvidos que, muitas vezes, exprimem os *pacotes interpretativos* em desenvolvimento (BARROS, 2016a, 2016b). O debate público sobre meio ambiente enquanto problema social mantém a ambiguidade e as tensões entre o universal e o particular. Expressa, todavia, “articulações possíveis entre encargos da universalidade com relação ao interesse e o problema ambiental e a colocação local” (FUKS, 1998, p. 2).

Todavia, essa orientação universalista também em muito é questionada. Seus interlocutores compreendem que de alguma forma o ambiente apresenta apenas o bem coletivo de algum grupo restrito, e não da maioria. Muitas vezes essa proteção ambiental delimita um valor socioespacialmente localizado, ou o proveito da proteção ambiental tendem a se concentrar em determinadas coordenadas. Assim, a elucidação do ambiente enquanto problema social não é apenas ação de uma universalidade conceitualmente inferida, mas deriva, igualmente, de certames localizados que, em conjunturas ideais, circundam a atividade socialmente difusa, assinalando para uma universalidade socialmente

¹⁰ A reflexão de Hannah Arendt (2004) se desenvolve a partir das repercussões sobre o debate em torno do julgamento de Eichmann em Jerusalém. Contudo, a densidade da análise filosófica da obra aplica-se ao debate de outros temas de relevância social e política, como no caso da questão ambiental.

arquitetada no qual precisamos e utilizamos cada vez mais do jornalismo (FUKS, 1998), como instância articuladora de diferentes vozes e discursos sociais, representados pelas fontes e pelo capital simbólico do argumento perito.

As temáticas ambientais passaram a ser inseridas e ramificadas em todos os segmentos do jornalismo: político, científico, econômico, cultural. Trata-se de uma tematização difusa e não mais concentrada, ou seja, as pautas ambientais são encaixadas nos mais variados assuntos. Além da inserção difusa, a abordagem passou a ser regida pelas retóricas conciliadoras e otimistas da sustentabilidade. Tais retóricas são decorrentes das reconfigurações do capitalismo verde que deslocou o eixo ambiental da produção para o consumo (BARROS, 2016a).

Esse deslocamento produziu o efeito da transversalidade, levando as pautas ambientais e seus enquadramentos para agendas até então tratadas sem apelo ecológico ou até mesmo socialmente conotadas como antiecológicas. Trata-se de uma estratégia de reconfiguração social para “ambientalizar” espaços do jornalismo que tratavam de moda, turismo, gastronomia, construção civil, decoração residencial e outros. De um lado, a midiaticização ambiental nessa dimensão transversal e ramificada provocou um amplo processo de renovação cultural, tendo como eixo a formação de um novo *habitus ecológico* e de uma *educação da percepção ecológica* voltada para as práticas sociais em prol da sustentabilidade (CARVALHO, 2017). Mas por outro lado, supervalorizou a esfera individual, como se o cidadão sozinho, com suas condutas e rotinas do cotidiano pudesse “salvar” o Planeta, sem necessidade de transformações estruturais no modo de produção industrial.

2.5 CONVERGÊNCIAS QUE FAVORECEM A EFICÁCIA SIMBÓLICA DA VISIBILIDADE

Após a análise de cada fator separadamente, cabe uma rápida explanação sobre as convergências e como a dinâmica entre eles concorre para a eficácia simbólica. Conforme já foi indicado anteriormente, os quatro fatores atuam em conjunção dinâmica. É essa combinação que potencializa a visibilidade ambiental. Com base nesse pressuposto, apresentamos abaixo um quadro-resumo (Quadro 1).

Quadro 1 – Tendências dos pacotes interpretativos no jornalismo ambiental (1972-2012)

Período	Agenda/Intermedia	Atores peritos/fontes	Pacotes interpretativos + efeitos na conversão civil
Início da década de 1970	Conservacionismo Eco 72 (I Conferência da ONU sobre Ambiente e Desenvolvimento)	- Ativistas em defesa da fauna e da flora; - Cientistas e defensores da preservação dos biomas; - Órgãos do Estado com atuação na formulação de políticas de conservação	- Políticas de patrimonialização da natureza: a conservação como estratégia política de consolidação do ambientalismo; - Influências do conservacionismo na definição de políticas de proteção de espécies e biomas; - Exploração de imagens ambíguas da natureza: ora degradada, ora idealizada; - Manifestações de ativistas sob a ótica do conflito e do desvio
1974-1977	Pacifismo e cultura de paz	- Ativistas de direitos humanos; - Movimentos de esquerda; - Ecopacifistas	- Contestação ao uso de energia nuclear - Defesa do ambiente associada à paz mundial, aos direitos humano, combate à fome, à pobreza, à violência e à discriminação
1978-1980	Denúncias de riscos ambientais à saúde	- Ativistas e críticos do sistema agrícola; - Especialistas em estudos sobre poluição.	- Denúncias sobre os riscos do uso de agrotóxicos - Exposição de casos sobre as consequências do uso do DDT na agricultura; - Denúncias sobre os efeitos da poluição urbana na saúde humana
1981	Política nacional de meio ambiente	- Estado, partidos políticos, movimentos ambientalistas e comunidade científica	- Discussões sobre a Lei 6.938/81 que estabelece as diretrizes gerais da política nacional de meio ambiente.
1986-1988	Atuação de organismos internacionais	- Clube de Roma e organismos vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU)	- Divulgação dos relatórios do Clube de Roma, do Relatório Brundtland e documentos da ONU
1989	Política ambiental brasileira	- Organismos do Estado e especialistas em políticas ambientais	- Lançamento do programa Nossa Natureza, uma das marcas das políticas ambientais da Nova República.
1990-1991	Desenvolvimento sustentável	- Organismos internacionais e cientistas	- Divulgação dos debates sobre modelos de desenvolvimento e o anúncio das primeiras propostas baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável, a partir das ideias de Ignacy Sachs.
1992	Rio 92 e Fórum Social Global	- Estado, sociedade civil, comunidade científica, organismos internacionais e organizações não-governamentais	- Formação de pacotes interpretativos emoldurados pela noção de sustentabilidade - Estratégia de ampliação da agenda ambiental e diversificação dos pacotes de opinião - Consolidação dos modelos mediatóricos de conversação civil com a inserção social dos temas no cotidiano da população
1997-2007	Aquecimento global e mudanças climáticas (Rio+5 e Rio+10)	- Comunidade científica, organismos internacionais e organizações não-governamentais	- Dualidade hermenêutica do ambientalismo: os riscos do aquecimento global e as retóricas conciliadoras da sustentabilidade - Defesa do consumo sustentável; - Educação difusa e conversação civil: inserção da sustentabilidade nas relações sociais do cotidiano.
2012-2019	Rio+20; Cúpula de Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.	- Comunidade científica, organismos internacionais, organizações não-governamentais, partidos políticos, empresariado, consumidores	- Economia verde; - Ampliação da lógica de conversação civil e educação difusa: inserção do ambientalismo na vida social (moda, arquitetura, gastronomia, jardinagem, reuso de água, energia etc.); - Diversificação das arenas de debate público e de formação de opinião e atitudes; - Estimulo à vigilância cidadã e à fiscalização de atividades, projetos e obras ambientais.

Fonte: Elaboração do autor com base em Barros e Sousa (2010).

No Quadro 1 constam algumas das tendências de formação de pacotes interpretativos no período de 1972 a 2012, ou seja, da primeira grande conferência (Estocolmo) até o momento atual. Trata-se de um recorte com alguns dos itens com maior destaque na agenda, segundo a lógica da noticiabilidade e do valor-notícia (WOLF, 2003).

Os períodos (coluna 1) foram delimitados em função do papel social do jornalismo como demarcador de registros e de marcas de temporalidade, como observa Bérnago (2011, p. 233), ao afirmar que “o jornalismo é uma atividade que produz diariamente registros tomados como fonte de informação num sentido amplo e, principalmente, de marcação no sentido histórico”. O objetivo do quadro, segundo essa perspectiva, é demonstrar como a agenda jornalística contemplou os temas, ou seja, quais aspectos foram sublinhados, incluindo as circunstâncias, os atores citados (fontes) e os principais enfoques. Ressalta-se ainda como os pacotes interpretativos estão associados aos demais elementos analisados, com destaque para o efeito de consonância de agenda e a função dos atores peritos. Tudo isso contribui para a inserção social por meio da conversação civil e a educação difusa.

É oportuno reiterar que se trata de recurso cuja função primordial é ilustrar o processo de agendamento, do ponto de vista da visibilidade jornalística, sem pretensões de se fazer uma periodização exaustiva, de conotação historiográfica, sociológica ou ecopolítica. É por essa razão que foram destacados apenas alguns períodos, os quais refletem os recortes realizados mediante a lógica de seleção e exclusão do jornalismo, com suas devidas ênfases e enquadramentos. A presença de atores peritos de forma recorrente na coluna 2 também reflete essa lógica, uma vez que é próprio da atividade jornalística, em sua dimensão de sistema perito, conforme já foi devidamente abordado anteriormente. A recorrência às fontes científicas reforça o potencial da comunidade científica e sua atuação política no campo ambiental, nuance reforçada e reconhecida pelo campo jornalístico, conforme demonstram os estudos de Barros (2016a), Caldas (2015) e Pereira Rosa (2006).

As informações expostas no quadro retratam como as representações mediáticas do ambiente são caracterizadas por uma série de limitações que resultam na simplificação e na ocultação dos processos de degradação/ambientalização e suas transformações na *esfera pública* e na *política da vida*, sem as nuances dos fluxos dinâmicos da realidade (CARVALHO, 2017). Isso faz com que as representações mediáticas sobre ambiente sejam desprovidas de suas complexidades e desencaixadas dos contextos políticos e das lutas locais (LOPES, 2006; CORREA, 2020). A fragmentação construída pelas mídias resultante da

sistemática de seleção e exclusão, mostra como esse enquadramento recorta a realidade e a reconfigura em uma moldura limitada, contribuindo, assim para a naturalização do olhar do cidadão e para direcionar a educação da percepção do público sobre as temáticas rurais e suas forças ambientais, como se fossem uníssonas e homogêneas do ponto de vista da degradação e da ambientalização.

Como resultado disso, os processos históricos de ambientalização e degradação ficam restritos a determinados enfoques sobre a atuação de atores peritos específicos, quase sempre estigmatizando os enquadramentos sobre a atuação dos movimentos sociais e dos fluxos alternativos das forças ambientalistas. Tais enquadramentos e recortes fragmentados dos *media* nem sempre contemplam a complexidade e a dinâmica dos momentos de invenção, consolidação, avanços e redefinições, com suas contradições, limitações internas, recuperações e restaurações (LOPES, 2006; CORREA, 2020). A eficácia simbólica da visibilidade ambiental midiática fica, portanto, circunscrita aos processos de construção institucional em torno do campo ambiental, como se deduz a partir das informações do quadro, com fortes indícios de favorecimento da perspectiva de alguns atores, a exemplo dos órgãos e instituições do Estado (BARROS, 2018b).

CONCLUSÕES

A partir do quadro acima exposto, conclui-se que a eficácia da mediação ambiental é uma constatação, pelo menos do ponto de vista da esfera da visibilidade. O que é questionável é a atuação do jornalismo no âmbito da discutibilidade pública. Afinal, conferir visibilidade, sob determinados enquadramentos e ângulos interpretativos, não significa necessariamente imputar ao que é mostrado seus atributos como objeto de debate e discussão coletiva.

O discurso ecológico mediado cria um espaço peculiar de aparência social, a partir das convergências e antinomias intrínsecas às suas diversas vertentes. Cada um possui a sua própria identidade, visto que cada um constitui um campo particular de disputas, com sua natureza própria, seus interesses, seus campos de alianças e de disputas, além de suas estratégias de ação. Contudo, nem sempre o jornalismo consegue acolher todas as nuances da pluralidade das vozes ambientais e acaba por privilegiar algum segmento, de acordo com a perspectiva dos *pacotes interpretativos*, a exemplo do Estado, conforme já foi apontado acima. Os órgãos estatais são destacados pelo empenho na elaboração de um consenso argumentativo e como articuladores de relações de poderes entre as diversas instituições sociais, inclusive com a comunidade científica, as forças ambientalistas e a própria imprensa (BARROS; SOUSA, 2010).

É oportuno reiterar que a produção informativa se inscreve no contexto maior da produção e reprodução social. A matéria-prima do jornalismo encontra-se nos mais diferentes campos da sociedade. Para tornar-se notícia, o acontecimento ambiental é levado para o interior de uma rede produtiva complexa e específica, em termos simbólicos. Ao final desse processo, são devolvidos à esfera pública, adquirindo ampla visibilidade, tornando-se patrimônio simbólico coletivo, mediante o efeito amplificador, característico dos meios de comunicação de grande alcance de público, como é o caso de jornais e canais de televisão.

No caso específico do jornalismo, existem vários filtros da informação. Alguns são inerentes ao processo interno de produção jornalística e outros, externos. No primeiro caso, podemos citar a pauta (definição dos assuntos que serão abordados), que constitui o primeiro filtro, por definir o que será a edição, ou seja, a transformação da matéria-prima (a informação) em notícia, com os seus eventuais desvios, tais como destaque e supressão de informações (BARROS, 2015a).

Quanto ao segundo caso, existem dois grandes filtros, ligados, geralmente, a interesses externos ao veículo de comunicação. São os interesses dos promotores de notícias - como políticos, empresários, cientistas ou ainda ONGs e outras instituições. Como protagonistas de fatos, eventos e opiniões que constituem a base para a produção noticiosa, mediante suas assessorias de imprensa, esses promotores podem, com maior ou menor intensidade, interferir no enfoque que será dado à informação. A isso, acrescentam-se, em alguns casos, os interesses dos anunciantes. O outro filtro externo é o do interesse do receptor. De modo geral, os meios de comunicação estabelecem uma relação de consumo com o seu público e tentam, assim, atender às necessidades informativas desse público, com base na lógica dos *usos e gratificações* (WOLF, 2003).

A análise da *eficácia simbólica* da visibilidade jornalística no campo ambiental requer o exame das dinâmicas internas, mas também de suas relações com as demais esferas da sociedade. Tanto os pacotes interpretativos como os demais fatores mencionados anteriormente articulam-se nesses fluxos e entrecruzamentos entre a cultura dos jornalistas, a cultura do público, a conexão entre os veículos (efeito de *intermedia* e consonância de agenda). Tudo isso interfere nos enquadramentos e na seleção do que será mostrado (esfera da visibilidade pública), com suas consequências no debate coletivo (conversação civil).

Em suma, a hegemonia mediática consolidou-se devido ao aparato tecnológico, mas também em função da relação construída com o público, de modo a estimular o imperativo da visibilidade social em que os assuntos, para se tornarem relevantes, devem ser contemplados pela mídia, a principal fonte

de informação e de representações sobre os mais variados temas, inclusive meio ambiente. Considerado um dos protagonistas na formação de uma opinião pública voltada para o desenvolvimento sustentável (SCHMIDT; DELICADO, 2014; VEIGA, 2019), o jornalismo tornou-se a arena pública de maior alcance social na difusão de ideias e valores que se encaixam na perspectiva da educação difusa, com elevados níveis de eficácia simbólica, até mais do que a escola (BARROS, 2018b).

REFERÊNCIAS

- ADEKOLA, O.; LAMOND, J. A media framing analysis of urban flooding in Nigeria: current narratives and implications for policy. **Regional Environmental Change**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 1145-1159, 2018.
- ALBERGUINI, A. C. **A ciência nos telejornais brasileiros: o papel educativo e a compreensão pública das matérias de CT&I**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.
- ARENDT, H. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BARROS, A. T. Visões do paraíso: o discurso oficial brasileiro sobre meio ambiente. **Latinoamerica: revista de estudios latinoamericanos**, Ciudad do Mexico, v. 44, n. 1, p. 129-156, 2007.
- BARROS, A. T. Dimensão filosófica e política do pensamento ambiental contemporâneo. **Veritas**, Porto Alegre, v. 57, n.1, p. 92-111, jan./abr. 2012a.
- BARROS, A. T. Filosofia e educação: encontros na reflexão sobre o ambiente. **Revista Portuguesa de Filosofia**, Braga, v. 68, n.1/2, p. 223-242, jan./dez., 2012b.
- BARROS, A. T. O ambientalismo como interdisciplina sociocultural e pensamento complexo. **Perspectivas: revista de ciências sociais**, Araraquara, v. 44, n. 1, p. 63-91, 2013a.
- BARROS, A. T. Os temas ambientais no enquadramento televisivo: teledramaturgia vs. jornalismo. **Revista de Comunicação**, Curitiba, v. 14, n. 34, p. 263-289, 2013b.
- BARROS, A. T. Sociologia da mídia: principais perspectivas e contrapontos. **Século XXI: revista de ciências sociais**, Santa Maria, v. 5, n. 1, p. 186-223, 2015a.

- BARROS, A. T. Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, p. 693-733, 2015b.
- BARROS, A. T. Agenda verde internacional e seus impactos no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, Brasília, DF, v. 9, p. 160-191, 2015c.
- BARROS, A. T. A TV como agente político da visibilidade ecológica no Brasil: uma perspectiva sociológica. **Século XXI: revista de ciências sociais**, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 263-290, 2016a.
- BARROS, A. T. As fontes institucionais de informação agenda ambiental no Brasil e em Portugal: Estado, comunidade científica e entidades ecológicas. **Interseções: revista de estudos interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 39-63, 2016b.
- BARROS, A. T. Brazil's Discourse on the Environment in the International Arena, 1972-1992. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p. 421-442, 2017a.
- BARROS, A. T. A governança ambiental nos planos de governo dos presidencialistas nas eleições de 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 23, p. 181-216, 2017b
- BARROS, A. T. Interfaces dos saberes ambientais: complexidade e educação política difusa. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 20, n. 3, 2018a.
- BARROS, A. T. O diálogo teórico entre comunicação ambiental e ciências sociais na lógica da ciência em ação. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 6-24, 2018b.
- BARROS, A. T. A Esquerda Verde: partidos políticos e ambientalismo radical no Brasil. **Dados: revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n.2, p. 503-540, 2018c.
- BARROS, A. T.; LEMOS, C. R. F. Política, pânico moral e mídia: controvérsias sobre os embargos infringentes de escândalo do mensalão. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 291-327, 2018.
- BARROS, A. T.; SOUSA, J. P. **Jornalismo e ambiente**. Porto: Edições Fernando Pessoa, 2010.
- BÉRGAMO, A. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 233-269, ago. 2011.

BITTENCOURT, M. C. A. Ciberacontecimento e jornalismo digital: o impacto do compartilhamento e da produção de sentidos nas práticas jornalísticas.

Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 342-358, 2015.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORELLI, V.; FLÔRES, V. Campo ambiental midiaticado: a vigilância

colaborativa da Amazônia. **Revista Comunicação Midiática**,

Bauru, v. 11, n. 1, p. 153-164, 2016.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa, Portugal: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 2018.

BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. *In*:

ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 15, 2006, São Paulo. **Anais [...]**.

São Paulo: Compos, 2006. p. 1-12.

BRANDENBURG, A. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural

no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. **Estudos Sociedade e**

Agricultura, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 126-148, 2011.

CAFÉ FILOSÓFICO: o diagnóstico de Zygmunt Bauman para a pós-

modernidade. [*S. L.: s. n.*], 2011. 1 vídeo (15 min). Publicado pelo canal Percy

Reflexão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6xt-k2kkvb4>.

Acesso em: 30 mar. 2022.

CALDAS, M. G. C. Entre o discurso e a práxis da sustentabilidade: o papel

da comunicação na formação da opinião pública. *In*: BUENO, W. (org).

Comunicação empresarial e sustentabilidade. São Paulo: Manole,

2015. p.175-186.

CAMARGO, A. C. Polarização e Conversação Civil: o papel das tecnologias

digitais na mediatização da política. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE

PESQUISAS EM MEDIATIZAÇÃO E PROCESSOS SOCIAIS.

São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo: Midiaticon, 2018. p. 1-8.

CARVALHO, I. C. M. as transformações na esfera pública e a ação ecológica:

educação e política em tempos de crise da modernidade. **Revista Brasileira de**

Educação, [*s. l.*], v. 11, n. 32, p. 308-315, maio/ago. 2006.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico.

São Paulo: Cortez, 2017.

CASTEL, G. R. V.; CORONA, H. M. P.; PEZARICO, G. Ciência, técnica e tecnologia: da dominação da natureza à geração de riscos e as alternativas socioambientais. **REMEA: revista eletrônica do mestrado em educação ambiental**, Blumenau, v. 37, n. 1, p. 27-46, 2020.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CORREA, M. S. T. Dinâmicas territoriais e saber local em torno de conflitos em um bairro atingido pelo desastre de 2011 em Nova Friburgo (RJ). **Argumentos**, Montes Claros, v. 17, n. 1, p. 69-84, 2020.

DEBRAY, R. **Le pouvoir intellectuel em France**. Paris: Galimard, 1979.

DEBRAY, R. **Curso de midiologia geral**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DEBRAY, R. **O Estado sedutor: as revoluções midiológicas do poder**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEBRAY, R. **Manifestos midiológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DEBRAY, R. **Transmitir: o segredo e a força das ideias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DEBRAY, R. **Introdução à mediologia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

DEBRAY, R. **Revolution in the revolution?** Armed struggle and political struggle in Latin America. New York: Verso Books, 2017.

DOWNS, A. Up and down with ecology: the issue-attention cycle. **The Public Interest**, [s. l.], n. 28, p. 38-50, 1972.

ECO, U. **Cinco escritos morais**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FUKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **SciELO Brasil**, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/9zZfVvkKbGC3Dm3QrjcDCGy/?lang=pt#>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GAMSON, W. Power and the structure of society, by James S. Coleman. **Contemporary Sociology**, [s. l.], vol. 47, n. 4, p. 421-423, 2018.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. media discourse and public opinion on nuclear power. **American Journal of Sociology**, [s. l.], vol. 95, p.1-37, 1989.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **Más allá de la izquierda y la derecha**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2018.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper, 1974.

GOMES, W. **A democracia no mundo digital: história, problemas e temas**. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

HABERMAS, J. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 43, p. 87-101, 1995.

HANNERZ, U. **World watching: street corners and Newsbeats on a journey through anthropology**. London: Routledge, 2019.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KANT, I. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Leya, [1784] 2018.

LEFF, E. Devenir de la vida y trascendencia histórica: las vías abiertas del diálogo de saberes. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 50, p. 17-24, 2019.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, p. 31-64, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosacnaify, [1958] 2008.

LÜCK, J.; WESSLER, H.; WOZNIAK, A.; LYCARIÃO, D. Counterbalancing global media frames with nationally colored narratives: A comparative study of news narratives and news framing in the climate change coverage of five countries. **Journalism**, [s. l.], v. 19, n. 12, p. 1635-1656, 2018.

LYCARIÃO, D. Esfera pública e sistema midiático: tensões entre visibilidade e discutibilidade. **Contemporânea**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 1-19, jul. 2010.

LYCARIÃO, D.; LEITE, A. B. Política no Facebook: a emergência de novos padrões de compartilhamento de notícias em tempos de crise. **E- Compós**, Brasília, DF, v. 23, p. 1-26, jan./dez. 2020.

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 248-285, 2007.

MALCHER, M. A. *et al.* A ciência na TV aberta: uma exploração da programação de emissoras de Belém-PA. 2017. **E- Compós**, Brasília, DF, v. 20, n. 2, p. 1-20, 2017.

MARANHÃO, A. C. K.; GARROSSINI, D. F. A midiologia de Régis Debray: limites e contribuições ao campo comunicacional. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 33-47, jul./dez. 2010.

MARQUES, A. C. S.; MAIA, R. C. M. A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 7, n. 12, p. 143-175, 2006.

MIGUEL, L. F. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 197-208, maio 1999.

MILANI, C. R. S. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, p. 287-301, 2008.

MORIN, E. **Articular los saberes**. Montevideo: Editora de la Universidad de la República, 2018.

MORIN, E. Los complejos imaginarios. **Gazeta de Antropología**, [s. l.], v. 35, n. 2, artículo 4, 2019. Disponível em: <http://www.gazeta-antropologia.es/?p=5165>. Acesso em: 10 jan. 2022.

NOWOTNY, H.; SCOTT, P. B.; GIBBONS, M. T. **Re-thinking science: knowledge and the public in an age of uncertainty**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2013.

ODEBIYI, O. M.; SUNAL, C. S. A global perspective? Framing analysis of US textbooks' discussion of Nigeria. **The Journal of Social Studies Research**, [s. l.], vol. 44, n. 2, p. 239-248, 2020.

PEREIRA ROSA, G. **A Quercus nas notícias**. Porto: Porto Editora, 2006.

- PICHIGUELLI, I. Na outra ponta da midiatização: educação, cultura e comunicação. **Revista ECom**, Lorena, SP, v. 11, n. 21, p. 25-38, 2020.
- RENSHAW, J. A eficácia simbólica revisitada. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.49, n. 1, p. 392-427, 2006.
- RONDELLI, D. R. R. **A ciência no picadeiro**: uma análise das reportagens sobre ciência no programa Fantástico. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2004.
- SCHANK, R. C. **Conceptual information processing**. New York: Elsevier, 2017.
- SCHMIDT, L. **Ambiente no Ecrã**: emissões e demissões no serviço público televisivo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- SCHMIDT, L.; DELICADO, A. (org.). **Ambiente, alterações climáticas, alimentação e energia**: a opinião dos portugueses. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014.
- SODRÉ, M. **A comunicação do grotesco**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- SOUSA, J. P. **Jornalismo e estudos mediáticos**: memória II. Coimbra: Minerva, 2019.
- SOUSA, M. S.; MAIA, F. J. F. Desenvolvimento rural, políticas públicas e cidadania: a agricultura familiar a partir do agir comunicativo. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, v. 25, n. 1, p. 185-203, 2020.
- TARGINO, M. G.; BARROS, A. T. Comunicação e ciência na ótica de pesquisadores brasileiros. **Signo**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 13-31, 1994.
- VEIGA, J. E. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Senac, 2019.
- VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 235-252, 2011.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: EdUnB, 1999.
- WOLF, M. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Texto submetido à Revista em 28.05.2020

Aceito para publicação em 18.02.2022

